



Mesa de Diálogo Permanente
Catrapovos Brasil

Breve histórico

CATRAPOA
(Comissão de Alimentos
Tradicionais dos Povos
no Amazonas)

- Visita do MPF/AM à Terra Indígena Yanomami.
- Identificação da ausência e insuficiência no fornecimento da alimentação escolar.
- Constatação da inadequação frente à alimentação tradicional dos povos indígenas.
- Registro das dificuldades logísticas para o escoamento da produção local.
- Início das articulações no final de 2016, a partir do 5º Ofício do MPF/AM, em diálogo com atores locais.



Principais gargalos

- Legislação sanitária desconsidera modos tradicionais de produção e consumo.
- Obstáculos na emissão de documentos para participação em chamadas públicas.
- Desconhecimento e, em alguns casos, omissão de gestores públicos quanto ao cumprimento da exigência de aquisição mínima de 30% da agricultura familiar.
- Limitações no acesso e compreensão das políticas de compras públicas pelos povos e comunidades tradicionais.



Cenário (pano de fundo)

- Avanço da criminalidade socioambiental (desmatamento, garimpo etc.).
- Desrespeito ao direito a uma educação culturalmente adequada.
- Persistência do preconceito, tanto na sociedade quanto em órgãos públicos.
- Enfraquecimento das instituições governamentais de apoio.
- Desvalorização das práticas tradicionais entre jovens, com aumento do consumo de álcool e drogas em alguns povos tradicionais.





- Articulação entre instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal, da sociedade civil, movimentos e lideranças indígenas e de comunidades tradicionais.
- Mais de 40 organizações.
- Reuniões mensais presenciais e por videoconferência (pandemia) - reuniões virtuais com mais de 60 pessoas.



Modos de vida e alimentação tradicional



Nota Técnica 01/2017 (Amazonas/Indígenas)
ADAF/SFA.AM/MPF5ºOFÍCIO

**Nota Técnica 03/2020 (Todo o território nacional e para todos os
segmentos de PCTs)**
6ªCCR/MPF

“Compra institucional de produtos de origem animal e de origem vegetal processados, que são a base da alimentação de muitos povos e comunidades tradicionais, sem os entraves da vigilância sanitária padrão, desde que nos territórios tradicionais”



Oficinas de Sensibilização nos municípios

- Público-alvo: povos indígenas e gestores públicos.
- Articulação entre diversas instituições da Catrapoa.
- Passo a passo para acessar o PNAE.





Oficinas de Sensibilização nos municípios





Grupos de Trabalho (GTs) e articulações em campo

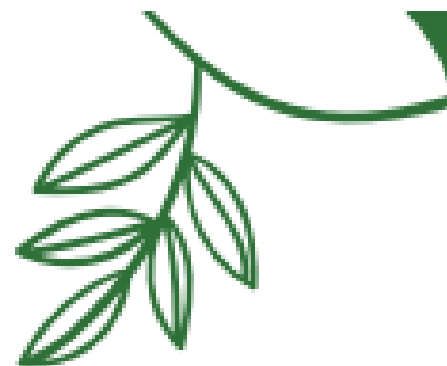
Alimentos



Alimentos



ANEXO 4



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA
GERAL DA REPÚBLICA 6º CÂMARA DE
COORDENAÇÃO E REVISÃO – POPULAÇÕES
INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

NOTA TÉCNICA Nº 3/2020/6ºCCR/MPF

Assinado digitalmente em 01/06/2020 18:29.

Para verificar a autenticidade

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>.

Chave C228613B.23657D6F.9619903E.3BF62985

I - Introdução

Esta nota técnica tem o escopo de discorrer sobre os serviços de inspeção sanitária incidentes sobre a comercialização e consumo de alimentos produzidos pelos povos e comunidades tradicionais. A interpretação da legislação vigente deve respeitar seus processos tradicionais de produção no que tange à segurança alimentar, inclusive na aquisição de alimentação escolar.

O Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conceitua o que são povos e comunidades tradicionais:

Art. 3º

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Intimamente ligada à vida dos povos e comunidades tradicionais, a alimentação faz parte do imaginário desses grupos sociais e de seu cotidiano, conta suas histórias, suas origens e, dessa forma, é considerada elemento integrante do patrimô-

nio cultural. Por isso, a partir da decisão de seleção da agricultura

Por outro lado, a produtividade das opções alimentares da alimentação pública que dos de cr des tradi do patrim

**NT nº 03/2020/
6ºCCR/MPF**
**(amplia o entendimento
da NT 01/2017 para todo
o território nacional e para
todos os PCTs)**

/
l
t
t
r
s
(
l

A segurança alimentar e nutricional é uma das condições básicas para a realização do direito à alimentação adequada e saudável. Dentre as estratégias para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a alimentação escolar é considerada elemento integrante do patrimônio



MPF
Ministério Público Federal



Prêmio Inovare

*Comissão de Alimentos Tradicionais
dos Povos no Amazonas*
Manaus (AM)





Lei nº 14.021/2020: pandemia

Plano Emergencial para
Enfrentamento à Covid-19 nos
territórios indígenas

Estipula medidas de apoio às
comunidades quilombolas, aos
pescadores artesanais e aos demais
povos e comunidades tradicionais
para o enfrentamento à Covid-19



Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil



- Fomentar a implementação da alimentação escolar regionalizada e outros mecanismos de compras públicas adequados à cultura de povos e comunidades tradicionais nas diferentes regiões e estados do Brasil, por meio de arranjos locais
- Promover no âmbito nacional o diálogo e integração entre as instâncias governamentais e da sociedade civil relacionadas ao tema de povos e comunidades tradicionais, compras públicas e soberania e segurança alimentar e nutricional



Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil

Já imaginou entrar numa escola indígena, ribeirinha ou quilombola e encontrar os estudantes comendo pirarucu, farinha de mandioca, polpa de açaí, cupuaçu e outros alimentos tradicionais, produzidos pelas próprias famílias? Garantir que essa seja a realidade em escolas de todo o Brasil é o objetivo da **Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil**. Formada por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, sob a coordenação do MPF, a Mesa atua em âmbito nacional, discutindo ações e medidas voltadas para viabilizar a compra, pelo poder público, de itens produzidos diretamente pelas comunidades tradicionais para a alimentação escolar.

A estratégia assegura uma alimentação mais saudável, fresca e variada para os estudantes, incrementa a renda de famílias e comunidades e gera economia para o governo. Também contribui para o cumprimento da Lei 11.947/09, que determina que pelo menos 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) sejam destinados à agricultura familiar. Conheça o trabalho e saiba como promover a alimentação tradicional nas escolas do seu estado ou município.



Confira a animação que explica como fazer para que a produção local de aldeias e comunidades tradicionais chegue às escolas



Compartilhe:



Notícias - Catrapovos Brasil

29/05/2023

MPF cobra medidas do governo federal para alimentação escolar adequada para povos indígenas e tradicionais

25/04/2023

Abril Indígena: MPF oficia à Seduc/AM sobre descumprimento de recomendação acerca de programas de alimentação escolar e alerta para responsabilização

03/03/2023

MPF e parceiros discutem estratégias para estimular aquisição de alimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais em todo Brasil

1 | 2 | 3

[Mais notícias](#)

MDP Catrapovos Brasil

www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil





Projeto de Lei (Senado Federal)

Institui a Política Nacional de Promoção da Alimentação e dos Produtos da Sociobiodiversidade de PCTs

“Em processos de compra pública, doação simultânea e alimentação escolar, quando a aquisição e o consumo da mercadoria ocorrerem no mesmo território, em territórios próximos com relações tradicionais ou ainda forem oriundos e destinados para os mesmos povos e comunidades, adequando-se o conceito de autoconsumo e família estendida, dispensa-se o atesto dos órgãos de vigilância animal e sanitária, aplicando-se o respeito aos métodos tradicionais de produção e consumo, bem como o pressuposto de que o encurtamento do circuito de comercialização e o manuseio tradicional diminuem o risco sanitário, ao tempo que garantem maior qualidade alimentar e nutricional”.

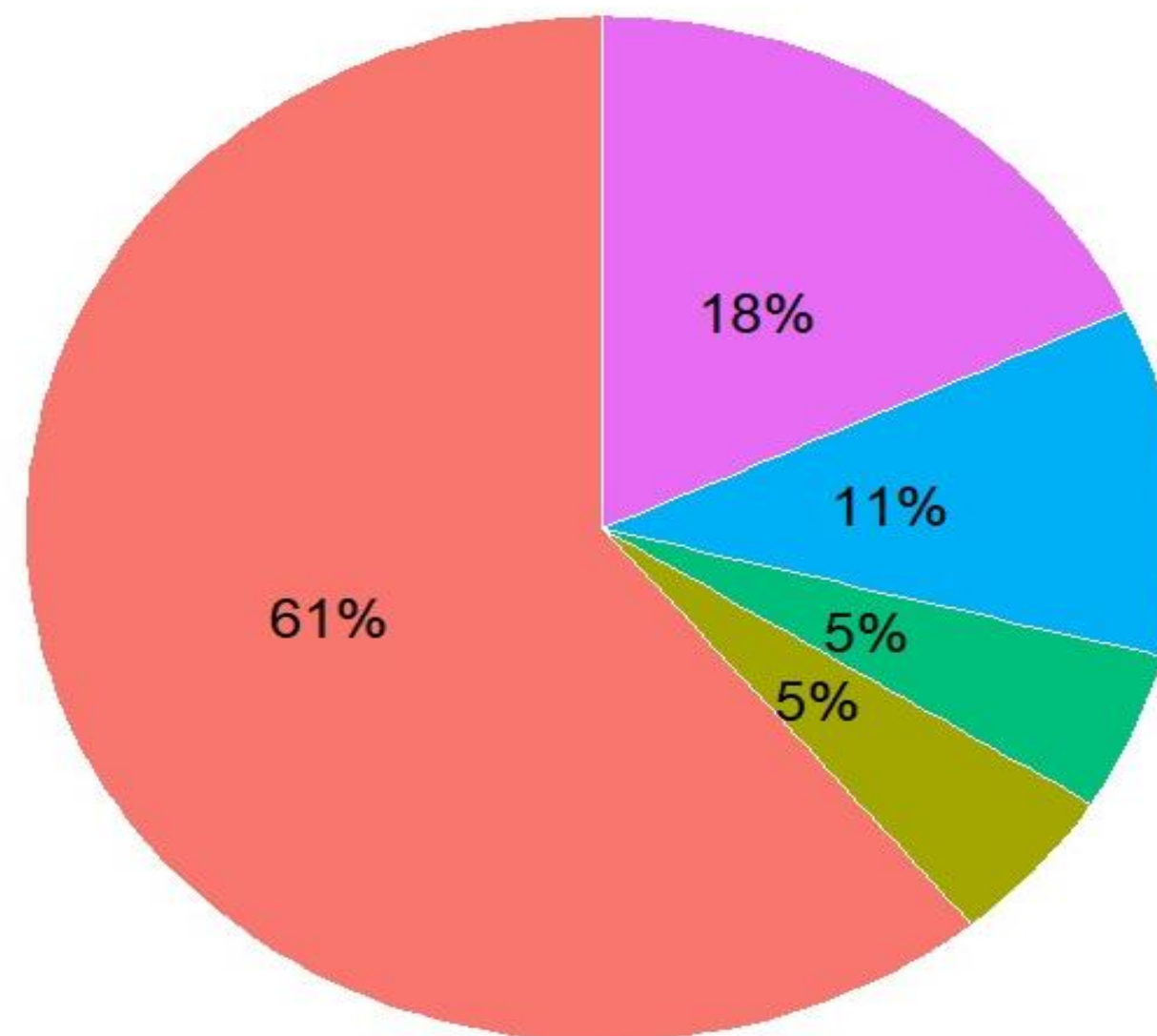
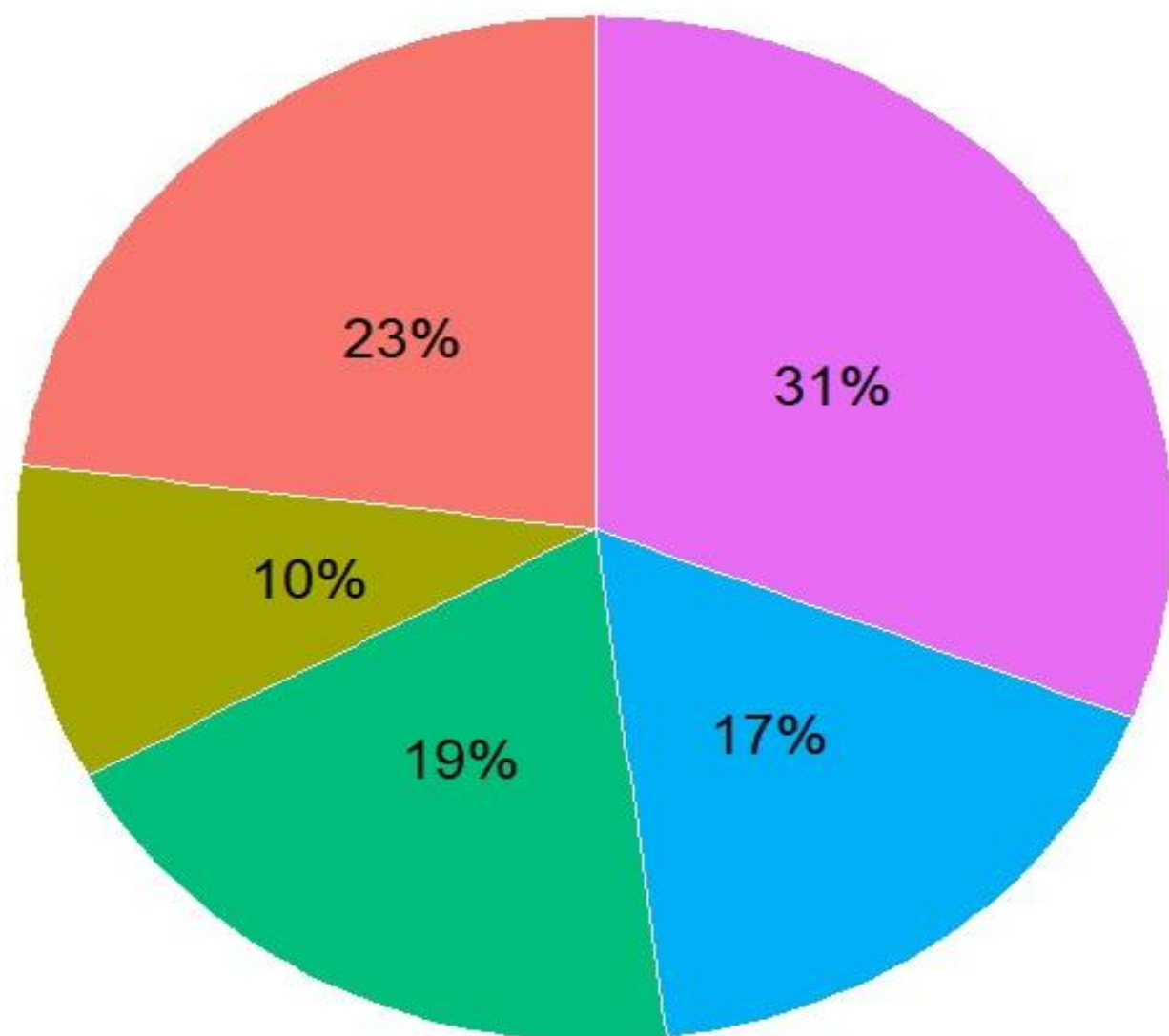


Situação dos municípios do Amazonas e Secretaria Estadual de Educação (Seduc) em relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar

Comparativo de Aquisições

2016

2022



Categoria ■ >30% ■ Entre 1% e 10% ■ Entre 10% e 20% ■ Entre 20% e 30% ■ Não adquiriram

PERCENTUAL DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PNAE							
Municípios	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Alvarães		0	0	0	0	2,3	30,1
Amaturá	0	0	13,7	35,4	17,6	0	0
Anamã	0	37,7		3,2	0	25,7	0
Anori		0		43,3	8,79	7,0	37,2
Apuí	30,3	31,5	34,0	87,3	29,7	17,2	39,7
Atalaia do norte	10,2	16,1	23,2	16,9	0	2,8	33,7
Autazes	17,3	5,9	21,5	32,8	7,9	33,0	79,5
Barcelos	0	0		45,6	0	0	0
Barreirinha		0	21,8	35,0	20,7	16,9	32,3
Benjamin Constant	24,4	13,1	61,1	18,3	6,1	12,4	35,2
Beruri		30,2	33,4	76,6	0,35	0	26,7
Boa Vista do Ramos	0	0		17,9	0	0	6,9
Boca do acre	0	31,8	36,3	80,9	16,6	0	31,1
Borba	15,6	10,7	12,7	28,7	1,7	23,1	37,5
Caapiranga	18,1	0	155,6	0	0	20,4	16,3
Canutama	18,9	0		30,1	24,8	0	16,1
Carauari	32,0	1,1		4,6	0	24,7	38,2
Careiro	0	25,5	38,3	34,8	16,4	25,9	50,7
Careiro da Várzea		0		7,4	0	0	0
Coari	15,7	24,3	12,9	24,5	0	0	12,8

AMAZONAS

Menos que 10%

Entre 10 e 30%

Mais que 50%

DADOS OFICIAIS:

Fonte:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>



PERCENTUAL DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PNAE							
Municípios	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Codajás	0	0		0	17,6	0	41,3
Eirunepé		10,3	5,0	9,2	0	0	0
Envira	28,9	34,5	29,8	31,0	6,4	0	20,2
Fonte boa	29,6	0		10,2	0	11,9	30,1
Guajará	12,5	20,3	38,2	20,2	0	0	0
Humaita	18,9	22,8	20,0	20,8	0	23,2	25,2
Ipixuna	0	22,5	15,0	55,3	0	27,4	36,0
Irlanduba	20,5	43,0	23,0	39,9	23,1	14,7	35,0
Itacoatiara	34,1	5,7	30,9	39,3	41,5	3,8	88,5
Itamarati	37,6	30,1		0	0	17,2	88,9
Itapiranga		0	10,8	11,6	0	0	0
Japurá	7,2	0	14,6	0	0	30,0	30,0
Juruá	19,6	20,8	14,0	24,7	22,2	27,4	0
Jutaí		19,7	37,4	58,7	42,7	32,7	36,7
Lábrea	0	21,0	34,9	35,8	0	3,9	28,4
Manacapuru	31,2	42,0	39,2	115,1	10,5	24,4	66,5
Manaquiri		19,4	27,1	32,7	14,4	16,2	29,8
Manaus	53,6	58,7	33,9	51,6	37,3	13,1	55,3
Manicoré	2,6	7,0	7,3	25,9	9,4	23,9	31,7
Maraã			10,6	26,6	5,8	5,9	32,8

Menos que 10%

Entre 10 e 30%

Mais que 50%

DADOS OFICIAIS:

Fonte:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>



MPF

Ministério Público Federal

20

PERCENTUAL DE AQUISIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PNAE

Municípios	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nhamundá	0	0	27,4	40,0	9,8	30,2	38,8
Nova Olinda do Norte		32,5	9,4	0	2,0	29,9	
Novo Airão	0	3,7	95,2	49,8	15,1	48,4	63,6
Novo Aripuanã	39,2	0	9,5	40,8	9,3	0	0
Parintins	33,8	18,1	30,0	20,7	0	0	23,8
Pauini		0	3,7	7,7	0	0	9,0
Presidente Figueiredo	26,6	31,4	49,8	35,2	26,6	29,8	33,8
Rio Preto da Eva	29,1	39,5	54,5	83,3	30,1	15,5	36,8
Santa Isabel do Rio Negro		0	101,2	0	0	7,2	51,0
Santo Antonio do Içá	0	0		17,5	0	32,5	31,8
São Gabriel da Cachoeira	0	0		6,2	0		0
São Paulo de Olivença	2,1	19,9	39,5	26,7	0	30,0	60,6
São Sebastiao do Uatumã	43,5	43,1	73,9	86,6	0	37,8	0
Silves	69,0	26,5	33,7			5,6	33,7
Tabatinga		18,3	51,4	35,8	16,8	30,4	31,6
Tapauá	0	0		1,6		3,8	35,0
Tefé	7,7	1,7	12,4	14,2	6,4	0	34,1
Tonantins	29,0	34,1	127,0	32,4	0	0	0,7
Uarini	0	0		6,6	0	7,3	32,3
Uruará	9,2	27,2	22,5	44,1	0	15,6	71,5

Menos que 10%

Entre 10 e 30%

Mais que 50%

DADOS OFICIAIS:

Fonte:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>



RESULTADOS

CPs Municipais e Estadual* para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no AM (anos 2019 a 2023)

Resumo				
Ano	Municípios	Segmento Populacional	Participantes	Valor
2019*	15	Indígena	200	700.000,00
2019	9	Indígena e Ribeirinho	177	1.245.086,98
2020	1	Indígena	154	1.697.375,85
2021	2	Indígena	11	339.620,00
2022	8	Indígena, Ribeirinho, Quilombola e Extrativista	187	2.308.252,62
2023	6	Indígena e Ribeirinho	352	2.636.671,61
Total		4	1081	8.927.007,06

20 Chamadas Públicas em andamento (2023)

Contexto:

- Recomendação FT Amazonia nº 01/2019
- NTs FUNAI e ICMBio

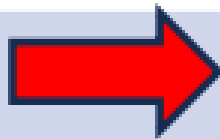



5. Quais alimentos foram fornecidos pelos agricultores familiares de comunidades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais nos municípios do AM? (Questionário CECANE UFAM e MPF 2024)



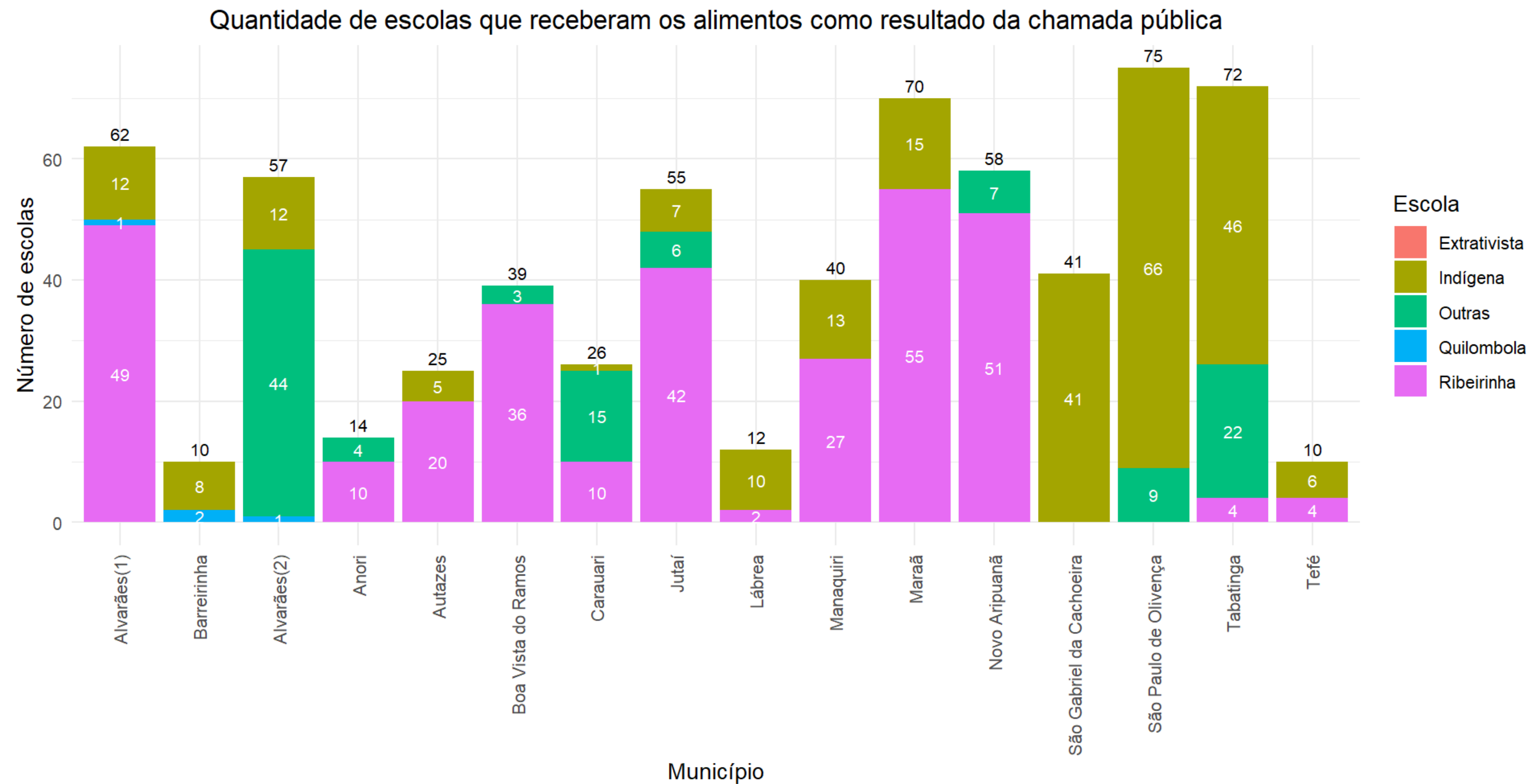
MUNICÍPIOS DO AMAZONAS QUE REALIZARAM A CHAMADA PÚBLICA PARA PCTS-2025



	Qtde	%	
Realizaram a chamada para PCTs	35		56%
Não realizaram a chamada para PCTs	23		37%
Não aplicável	01 ?		02%
Edital Aditivado	03		5%
Sem informações			
Total	62		100%
SEDUC	01		

Levantamento efetuado pelo CECANE UFAM

6. Quantas escolas de comunidades indígenas, quilombolas e outros povos tradicionais receberam esses alimentos como resultado da chamada pública (2024)?



RESULTADOS

CP para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

ANO 2024 - SEDUC/AM

Resumo				
Ano	Municípios	Segmento Populacional	Participantes	Valor homologado
2024	36 municípios contemplados (58% dos municípios do AM)	Indígena	8 Cooperativas 9 Associações 109 agricultores individuais	3.294.493,09
		Ribeirinho		
		Quilombola		
		Extrativista		

ANO 2025
(SEDUC/AM - CP aberta)
Valor global: 2.457.044,00



RESULTADOS

CP para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Acre, Roraima, São Paulo e Goiás

Resumo				
Ano	Estado/Município	Segmento Populacional	Participantes	Valor
2022	Acre (Mâncio Lima, Feijó, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul)	Indígena	94	1.552.507,01
	Roraima	Indígena	—	2.000.000,00
2023	Acre (Mâncio Lima, Feijó, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul)	Indígena	54	1.038.028,00
2024	São Paulo (Iporanga)	Quilombola	—	107.489,37
2024	Goiás (Cavalcante)	Quilombola	—	110.771,25
2025	São Paulo (Iporanga)	Quilombola	—	160.000,00
2025	Goiás (Cavalcante)	Quilombola	—	70.832,30
Total		2	148	5.039.627,93



RESULTADOS

Lançamento de CP específica para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (Amazonas e outros Estados)

ANO 2025

**Acre, Amazonas, Pará,
Tocantins, Mato Grosso, São
Paulo, Goiás e Minas Gerais
lançaram CP específica para
PCTs**

ANO 2025

**Pernambuco e Bahia em fase de
elaboração da CP específica**



Uso do NIS por PCTs no PAA no ano de 2023 (Modalidade CDS) - Indígenas

Aumento significativo da participação de Indígenas e Quilombolas na Região Norte com utilização do NIS:

57%

Povos Indígenas

20%

dos projetos utilizaram o NIS
(+ de 500 famílias em todo o Brasil)

Recursos:

Volume de recursos: Ano 2012 - maior execução que já havia sido operada (3,3 milhões)

Volume de recursos: Ano 2023 (35,1 milhões)

Comparativo com o ano de maior operação: crescimento de

+ de 10 vezes

Beneficiários:

Ano 2012 (754 famílias - maior amplitude operada)

Ano 2023 (2502 famílias)

Crescimento de

+ de 3,3 vezes



Uso do NIS por PCTs no PAA no ano de 2023 (Modalidade CDS) - Quilombolas

Aumento significativo da participação de
todos os PCTs
na Região Norte com utilização do NIS:

57%

Quilombolas

6%

dos projetos utilizaram o NIS
(+ de 290 famílias em todo o Brasil)

Recursos:

Volume de recursos: Ano 2020 - maior execução que já havia
sido operada (14,0 milhões)

Volume de recursos: Ano 2023 (64,7 milhões)

Comparativo com o ano de maior operação: crescimento de

+ de 4,5 vezes

Beneficiários:

2012 (2.046 famílias quilombolas – maior
amplitude operada)

2023 (4.945 famílias)

Crescimento de

+ de 2,4 vezes



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

PAA Compra Emergencial - 2024

Nº de projetos contemplados: 59
Valore empenhado: R\$ 9.994.639,37
Nº de municípios contemplados: 22

Nº de produtores pagos com NIS: 103
Nº de produtores pagos com CAF: 611
Nº de Cooperativas: 06
Nº de Associações 29
Nº de Colônia de Pescadores: 02
Nº de beneficiário individual: 22

Nº de Unidade Recebedora

Paróquia - 1

Escola Indígena - 18

Diocese - 14

Associação de Moradores - 11

Funai - 02

Nº de publico atendido: 110.496 pessoas

Resultados Sociais e Econômicos

- Soberania e segurança alimentar e nutricional.
- Valorização do conhecimento e sistemas de produção tradicionais.
- Geração de renda e maior autonomia.
- Desenvolvimento da economia local.
- Maior controle social.
- Redução dos gastos públicos (logística).
- Adequação cultural e melhoria da qualidade da alimentação escolar.
- Segurança pública (evitar cooptação e assedio da criminalidade organizada aos povos).



Resultados Ambientais



**REDUÇÃO DO
LIXO NAS
ALDEIAS**



**REDUÇÃO DO
USO DE
COMBUSTÍVEL**



**PROMOÇÃO DE
ATIVIDADES
SUSTENTÁVEIS**



COMO VENDER PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:

GUIA SOBRE O PNAE PARA
AGRICULTURA FAMILIAR



BIOECONOMIA E
CADEIAS DE VALOR



GUIA PRÁTICO

Alimentação
escolar indígena e
de comunidades
tradicionais

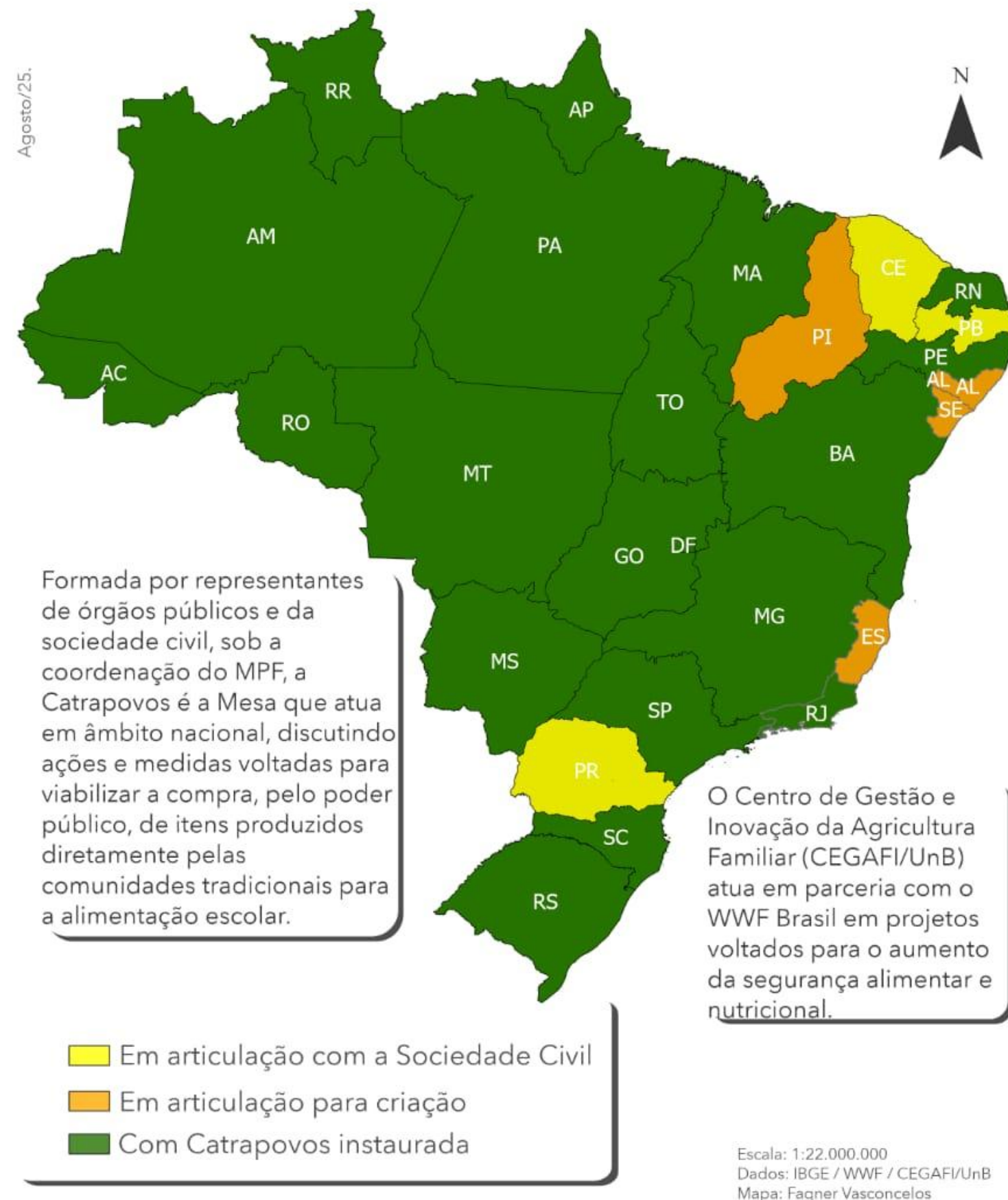
SÉRIE

Agricultura familiar:
boas práticas
replicáveis de
comercialização
de produtos da
sociobiodiversidade
e agroecologia

Matérias/Guias de apoio



Situação da Catrapovos no Brasil



Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil

“19 comissões instaladas em 18 Estados”

6 estados com comissões em fase de instalação: SE (28 ago), ES (03 set), AL, PI, PR e SP (de abrangência estadual).

- Diálogo entre Brasil e Colômbia: exposição da Catrapovos para gestores públicos colombianos para possível piloto no país.
- Aproximação com o projeto Territórios Vivos (Cooperação Alemã/GIZ, 6ª CCR e PGR).
- Interlocução com MDA, CONAB, SESAI e PAA (CAF/DAP).

OPAS



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde

Região das Américas

SAÚDE: OPAS/OMS 2024

Laboratório de Inovação em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde (LIS A&N na APS)

Publicada em novembro de 2024, apresenta dez experiências exitosas a partir da análise de amplo comitê avaliativo, entre elas a Catrapovos. Uma iniciativa da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), Ministério da Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz, em conjunto com profissionais e especialistas no tema, no contexto da cooperação técnica nacional.



Alguns depoimentos de lideranças e agricultores...

Obtidos na tese de doutorado: "Ativismo alimentar e empreendedorismo de políticas públicas na agenda governamental do estado do Amazonas:

análise dos casos da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos no Amazonas (CATRAPOA) e da Rede Maniva de Agroecologia (REMA)"

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272100><https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272100> / Lima, Cristiane Cavalcante, 2023

“Eu tiro o chapéu para a chamada indígena, porque ela permite a participação do agricultor indígena e **permite que a merenda saia da roça do aluno para a mesa do aluno na escola.**
Isso é **fantástico!**”

“Como isso barateia! Imagina o **custo de transporte**, emissão de gases de **efeito estufa** [...] para algo que é produzido ali, né? Alimento com muito **mais riqueza cultural**, gerando **soberania alimentar** para as famílias”

Gera uma valorização muito grande dos próprios indígenas pelos alimentos que eles produzem [...] **Você colocar um abiu, um cubiu, um aracá, um mapati, um ingá, que são frutas que quase ninguém conhece, e o estado pagar por isso, faz com que outras pessoas valorizem, pagando e vendo que essas frutas existem**



OUTROS TRABALHOS ACADÊMICOS SOBRE A CATRAPOA, CATRAPOVOS E NOTAS TÉCNICAS PRODUZIDAS

MENDES, N. R. G. A. Análise do processo de reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas indígenas no Amazonas. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2019.

Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4748>

FIGUEIREDO, Rebeca Sakamoto. Avaliação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar Indígena ofertada no estado do Amazonas. 2023. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9584>

BINOTTI, T. C. Manejo territorial Hupd'äh e agros[s]ociobiodiversidade: relações com políticas públicas de alimentação escolar e agroecologia. 2023. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.91.2023.tde-07072023-143309>



Hortas comunitárias agroecológicas/agroflorestas urbanas



“A maior mudança que precisamos fazer é do consumo para a produção, mesmo que em uma pequena escala, em nossos próprios jardins. Se apenas 10% de nós fizermos isso, há o suficiente para todos. Daí a futilidade dos revolucionários que não têm jardins, que dependem do próprio sistema que eles atacam, e que produzem palavras e balas, não comida e abrigo”.

Bill Mollison, desenvolvedor e promotor da permacultura



